



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações acerca do diagnóstico epidemiológico do HIV no Brasil, dos dados que subsidiaram a participação brasileira na Conferência Internacional de AIDS 2026, das medidas anunciadas pelo Ministério da Saúde para o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e enfrentamento da infecção e das ações destinadas à população idosa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações acerca do diagnóstico epidemiológico do HIV no Brasil, dos dados que subsidiaram a participação brasileira na Conferência Internacional de AIDS 2026, das medidas anunciadas pelo Ministério da Saúde para o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e enfrentamento da infecção e das ações destinadas à população idosa.

Nesses termos, requisita-se:

1. Apresentar o diagnóstico técnico atualizado do Ministério da Saúde acerca da evolução da infecção pelo HIV no Brasil, indicando as principais tendências epidemiológicas, desafios identificados, fatores associados



ao comportamento recente da doença e prioridades atualmente estabelecidas para seu enfrentamento.

2. Encaminhar os dados epidemiológicos que subsidiaram a participação brasileira na Conferência Internacional de AIDS 2026, informando o período considerado na análise, os indicadores utilizados, as principais tendências identificadas e as respectivas séries históricas, desagregadas por região geográfica, unidade da Federação, faixa etária, sexo e demais estratificações epidemiológicas adotadas por essa Pasta.

3. Informar quais compromissos, estratégias, metas, planos de ação e demais iniciativas foram anunciados ou apresentados oficialmente pelo Ministério da Saúde durante a Conferência Internacional de AIDS 2026, indicando os respectivos cronogramas de implementação, indicadores de monitoramento, unidades responsáveis, recursos previstos e resultados esperados.

4. No que se refere à ampliação da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de longa duração anunciada pelo Ministério da Saúde, informar:

- a) o estágio atual do processo de incorporação da tecnologia ao Sistema Único de Saúde;
- b) os estudos técnicos, clínicos, econômicos e orçamentários que fundamentam a proposta;
- c) o cronograma previsto para implementação;
- d) os critérios de indicação e acesso;
- e) os indicadores que serão utilizados para avaliação de sua efetividade.

5. Informar quais indicadores, metas e instrumentos de monitoramento são atualmente utilizados pelo Ministério da Saúde para avaliar a efetividade das políticas públicas relacionadas à prevenção, ao diagnóstico, à assistência e ao tratamento do HIV, encaminhando os resultados correspondentes



ao período utilizado para subsidiar a participação brasileira na Conferência Internacional de AIDS 2026, bem como a avaliação técnica dessa Pasta quanto ao cumprimento das metas e aos principais desafios identificados.

6. Considerando os dados anteriormente divulgados pelo Ministério da Saúde que demonstram crescimento dos diagnósticos de HIV entre pessoas com 60 anos ou mais, informar:

- a) qual é o diagnóstico epidemiológico atualizado dessa Pasta acerca da evolução da infecção por HIV nessa faixa etária;
- b) quais são os dados mais recentes disponíveis, discriminados por ano, sexo, região geográfica e unidade da Federação;
- c) quais fatores técnicos e epidemiológicos têm sido identificados pelo Ministério como associados à evolução desses indicadores;
- d) qual o percentual de diagnósticos tardios observado entre pessoas idosas e quais medidas vêm sendo adotadas para reduzir esse cenário.

7. Informar se existem estratégias, protocolos, campanhas educativas ou ações específicas voltadas à prevenção, testagem, diagnóstico precoce e assistência às pessoas com 60 anos ou mais, indicando:

- a) campanhas realizadas desde 2023;
- b) capacitações destinadas aos profissionais de saúde para abordagem da sexualidade da pessoa idosa e diagnóstico oportuno das ISTs;
- c) ações desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde;
- d) indicadores utilizados para monitorar a efetividade dessas iniciativas.

8. Informar quais medidas estão sendo adotadas para ampliar o acesso à Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), à Profilaxia Pós-Exposição (PEP), aos testes diagnósticos, ao tratamento antirretroviral e às estratégias de prevenção



combinada, especialmente para adolescentes, jovens, pessoas idosas e demais grupos considerados prioritários pelo Ministério da Saúde.

9. Encaminhar cópia dos estudos, notas técnicas, pareceres, apresentações, memorandos, planos de ação e demais documentos institucionais que subsidiaram os anúncios e posicionamentos oficiais do Ministério da Saúde durante a Conferência Internacional de AIDS 2026, bem como daqueles que fundamentam as atuais estratégias nacionais de prevenção e enfrentamento do HIV.

JUSTIFICAÇÃO

O enfrentamento ao HIV permanece entre os mais relevantes desafios da saúde pública, exigindo constante aperfeiçoamento das políticas de prevenção, diagnóstico, assistência, tratamento e vigilância epidemiológica, de forma a assegurar resposta efetiva às transformações do cenário epidemiológico e a proteção da saúde da população brasileira.

A realização da Conferência Internacional de AIDS 2026, sediada pelo Brasil, conferiu especial destaque às estratégias globais de enfrentamento da epidemia e ao papel desempenhado pelos países na implementação de políticas públicas baseadas em evidências científicas. Durante o evento, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) apresentou análises indicando desaceleração dos avanços obtidos nas últimas décadas, recrudescimento da epidemia em diversas regiões do mundo e crescimento das novas infecções em diferentes países, ao mesmo tempo em que o Ministério da Saúde anunciou novas iniciativas destinadas ao fortalecimento da resposta brasileira ao HIV.

As discussões realizadas durante a Conferência repercutiram na imprensa nacional e internacional. Em especial, foram amplamente divulgados os anúncios realizados pelo Ministério da Saúde referentes à ampliação da



Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de longa duração, ao fortalecimento da prevenção combinada, à ampliação do acesso ao diagnóstico e ao tratamento, bem como o reconhecimento da necessidade de aperfeiçoar continuamente a resposta nacional diante dos desafios epidemiológicos atualmente observados.

Paralelamente, dados anteriormente divulgados pelo próprio Ministério da Saúde evidenciaram crescimento expressivo dos diagnósticos de HIV entre pessoas com 60 anos ou mais, fenômeno que despertou preocupação entre especialistas em infectologia e geriatria e trouxe à tona a necessidade de intensificar ações de prevenção, ampliar a testagem, combater o diagnóstico tardio e desenvolver estratégias específicas voltadas à população idosa, frequentemente invisibilizada nas campanhas de educação em saúde.

Embora o Brasil possua reconhecida política pública de enfrentamento ao HIV, com acesso universal ao tratamento e importantes estratégias de prevenção, os desafios recentemente evidenciados demonstram a importância de acompanhar não apenas a evolução dos indicadores epidemiológicos, mas também a efetiva implementação das medidas anunciadas pelo Ministério da Saúde, de modo a avaliar sua capacidade de fortalecer a resposta nacional e ampliar a proteção dos grupos mais vulneráveis.

Nesse contexto, revela-se imprescindível conhecer o diagnóstico institucional do Ministério da Saúde, os dados epidemiológicos que fundamentaram a participação brasileira na Conferência Internacional de AIDS 2026, os critérios técnicos que embasaram os anúncios realizados e as providências previstas para sua implementação.

Não obstante parte dessas informações seja disponibilizada por meio de boletins epidemiológicos, painéis públicos e outras bases oficiais, os dados encontram-se dispersos em diferentes plataformas e, frequentemente, desacompanhados da necessária contextualização técnica e administrativa,



dificultando uma visão integrada da política pública e da avaliação institucional realizada pelo Ministério da Saúde.

Assim, diante da relevância da matéria para a saúde pública, da ampla repercussão das discussões realizadas durante a Conferência Internacional de AIDS 2026 e da necessidade de acompanhar a implementação das medidas anunciadas pelo Ministério da Saúde, revela-se imprescindível o encaminhamento das informações ora requeridas, uma vez que compete ao Poder Legislativo exercer sua função constitucional de fiscalização, acompanhando a execução das políticas públicas, a utilização dos recursos públicos e os resultados alcançados pelas ações implementadas pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2026.

Senadora Damares Alves

